

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
Mestrado em Cibersegurança
Exame de recurso de Direito da Organização e da Segurança
3 de julho de 2023

GRUPO I
(1 valor cada)
(V/F)

A. Criminalidade informática	
1 - A Lei do Cibercrime é uma lei especial face ao Código Penal.	V
2 - O crime de falsidade informática tem como bens jurídicos protegidos a segurança, a fiabilidade e força probatória de dados e documentos eletrónicos.	V
3 - A sabotagem informática consiste na perturbação grave do funcionamento de um sistema informático.. <i>Hardware e software.</i>	F
4 - A interceção ilegítima pressupõe a autorização legal ou do titular do sistema para a captação dos dados de tráfego e conteúdo das comunicações eletrónicas.	F
5 – Apenas podem ser condenadas na prática de crimes informáticos pessoas singulares	F
6 – O crime de sabotagem informática consiste na perturbação grave do funcionamento de um sistema informático (<u>só no software</u> e não no equipamento ou hardware) - infestação por vírus e bombas lógicas.	V
7 – No crime de acesso ilegítimo o bem jurídico protegido é a segurança dos sistemas informáticos.	V
8 – No crime de interceção ilegítima a captação por meios técnicos dos dados de tráfego e conteúdo de comunicações eletrónicas pressupõe a <u>autorização legal</u> ou do titular do sistema.	F
9 - A LERGPD é específica para as situações de tratamento de dados pessoais, aplicando-se, em detrimento da LC - art. 30º LC.	V

prevalece sobre o código penal

art 3º

*art 5º
só no software e não no hardware*

legítima

art 9º

art 7º

art 30º

GRUPO II
(2 valores cada)

Gustavo é professor na Universidade de Évora e vive num apartamento nessa cidade. A “Eletrodomésticos Maravilha, Lda” é uma sociedade comercial que explora uma cadeia de lojas de venda de eletrodomésticos em Portugal, e que detém um sítio na internet onde expõe e comercializa os seus produtos.

No dia 20/04/2024, Gustavo acedeu ao sítio da Eletrodomésticos Maravilha, Lda, e após uma pesquisa nas máquinas de lavar roupa disponíveis, descobriu uma que lhe agradou, com instalação incluída no seu apartamento, pelo preço de 500,00 euros. Gustavo selecionou a máquina que pretendia adquirir e procedeu imediatamente ao pagamento antecipado através do cartão de crédito, indicando o seu nome, morada, email, contacto telefónico e n.º do cartão de crédito e validade.

No dia 29/04/2024, Gustavo recebeu em sua casa o eletrodoméstico que foi instalado pelo técnico da empresa vendedora, e a fatura em papel relativa à compra.

Hoje, Gustavo tentou pôr a máquina a funcionar e provocou uma pequena inundação devida a mal instalação da mesma.

- 1) Aprecie o procedimento de formação do contrato eletrónico de compra e venda do eletrodoméstico à luz do disposto no **DL 7/2004, de 7 de janeiro**.
- 2) Podemos considerar que estamos perante uma falta de conformidade do bem nos termos do **DL n.º 84/2021, de 18/10**? Justifique.
- 3) Tendo em consideração o facto de se tratar de uma venda de bens de consumo, refira-se aos direitos que assistem a Gustavo, nos termos do **DL n.º 84/2021, de 18/10** em face da falta de conformidade do produto comprado, não se esquecendo de mencionar até quando e como deverá ele proceder para exercer esses direitos.
- 4) Diga se, hoje, Gustavo pode resolver o contrato celebrado com a Eletrodomésticos Maravilha, Lda, sem indicar motivo, e justifique a sua resposta no **DL 24/2014 de 14 de fevereiro**.
- 5) Sabendo que o negócio celebrado entre Gustavo e a Eletrodomésticos Maravilha, Lda é um contrato à distância diga se foi cumprido o prazo legal de execução da encomenda nos termos do **Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro**.
- 6) Imagine agora que Gustavo não tinha recebido o eletrodoméstico encomendado até hoje por este se encontrar esgotado no fornecedor. Que medidas deveriam ter sido tomadas pela Eletrodomésticos Maravilha, Lda, neste caso, em cumprimento do Decreto-Lei n.º **24/2014**?

1. art 4º da lei de empresas portuguesas
Em primeiro lugar os prestadores de serviços devem disponibilizar por escrito a forma acessível o direito as informações seguintes (art 10º). No caso de contratos eletrónicos e necessário fornecer mais informações antes da conclusão do contrato.

Como ... (art 28). Após a conclusão o prestador de serviços deve notificar o consumidor de forma eletrônica, art 24º. Por fim com base no art 32º este fez uma proposta e contradição art 37º por coimmo

2. Segundo o artigo 5º, o profissional deve entrar com segundo os art. 6º a 9º. Nesta caso, segundo o art 5º o equipamento consider-se incorretamente instalado

3. Segundo o art 12º ^{o responsável por qualquer falta por 3 anos} o profissional é responsável, art 15º tem 3 direitos art 16º, 18º, 19º. Para além disso estes direitos segundo o art 15º colocam após 2 anos de data de conclusão

4. Segundo art 10º n.º 1 sub b), num prazo de 15 dias o consumidor tem o direito de resolver o contrato. O exercício deste direito pode ser feito segundo o art 11º.

O art 12º e 13º que o fornecedor deve devolver o dinheiro todo.

O art 13º O.2 que o consumidor após tem que pagar custos de devolução

5. Além segundo o art 19º a.1 deve devolver 30 dias a devolução após a.

6. Segundo o artigo 19º n.º 2 nesta situação o

fornece de 30 dias por reembolso o money.
Sua office n. 3 tem 15 dias e paga o dobro.
Sua de 31º c) 3000 e 3000

